

RELAÇÕES SOCIAIS PRINCÍPIOS DE COOPERAÇÃO*

CHRISTINA MARIA PEDRAZZA SÊGA, da Universidade de Brasília

RESUMO: Este artigo é um panorama das relações sociais em sociedades que se desenvolveram ao longo da história, desde o conceito grego de “oikos” até a chegada da internet. De lá para cá foi possível observar, por meio de pesquisa bibliográfica, que as sociedades vêm sendo imbuídas de um princípio de cooperação, peculiar às regras de cada período histórico. Assim, pode-se constatar que a interação social foi firmada em algum tipo de cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Interação. Relações sociais. Cooperação. Sociedades.

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos históricos e científicos que vêm ocorrendo ao longo da evolução das sociedades chegaram a resultados próprios do determinismo histórico-social, pois chamá-los apenas de consequências seria denominá-los por meio de um termo semanticamente muito forte, remetendo quase que exclusivamente aos efeitos negativos desses acontecimentos. É evidente que não se pode descartar os efeitos colaterais que toda transformação, qualquer que seja sua natureza, é capaz de desencadear no desenrolar de seu processo.

Ao se tecerem algumas considerações sobre o princípio de cooperação nas relações sociais de algumas sociedades, foi possível observar que os indivíduos e grupos sociais vêm sendo imbuídos de diferentes ações ou práticas sociais, ora espontâneas, ora impostas pelas regras de cada sociedade. Por meio de um princípio de cooperação, os indivíduos têm realizado formas de interação social resultantes de interesses diversos, como políticos, econômicos ou religiosos. Para tanto, eles têm-se utilizado de práticas so-

* Artigo recebido em 02/12/2009 e aprovado em 20/01/2010.

ciocomunicacionais presentes no seu cotidiano, representadas por diversas formas de linguagem. O princípio de cooperação manifestou-se diferentemente em cada sociedade por meio de algumas variantes na ação cooperativa.

O IDEAL GREGÁRIO

Desde os primórdios da civilização, o homem tem sempre buscado relacionar-se com o outro. Mas, com a falta de dados suficientes para uma análise das relações sociais nos períodos que antecederam a Grécia Antiga, os historiadores vêm-se apoiando na Grécia como ponto de partida para um estudo mais consolidado. Foi a partir do surgimento do “oikos” que o conceito de “sociedade” foi criado. Por meio do ideal gregário de “viver juntos”, foram-se estabelecendo as características da sociedade e seu fortalecimento. Muitas vezes, as guerras levavam a relações de solidariedade através das práticas, valores e crenças existentes entre as cidades, cujas regras eram aceitas entre os gregos. “É através de lutas e competições que o grupo faz a experiência da solidariedade como se, nele, os vínculos sociais se atassem segundo as mesmas linhas desenhadas pelo jogo de rivalidades” (VERNANT, 2006, p. 28).

Da Grécia até a chegada da Internet, os indivíduos têm experimentado várias formas de interação social, com variantes na comunicação verbal e não-verbal e, para conseguirem estabelecer relações sociais ao longo de sua evolução, eles exerceram algum tipo de cooperação.

Marcel Mauss (1988) estudou a interação nas comunidades e sociedades arcaicas e primitivas da Polinésia e Melanésia e verificou que nessas sociedades a cooperação se processa através de práticas sociais existentes, além de ter observado como elas se afastam ou se aproximam daquilo que chamamos de evolução social. O ponto crucial do seu trabalho fundamenta-se no sistema da troca e da dádiva nas sociedades arcaicas – o ato de “dar-receber-retribuir”. Nessa troca, a intenção de agradar e de ser agradado leva os participantes a um princípio unificador que é o da cooperação. Se o indivíduo deixar de dar ou receber uma dádiva, ele perde o “mana”, que simboliza a força mágica de cada ser, a honra, a riqueza, a autoridade e a liderança que aquele indivíduo tem perante sua comunidade. Na sociedade hindu, a dádiva tem a mesma equivalência que tem para a doutrina cristã – “é dando que se recebe”, indicando que é “cooperando com os outros que também se obtém a cooperação dos mesmos. Assim, concluiu Marcel Mauss, nas comunidades e sociedades primitivas, a cooperação, mesmo que obrigatória, dá-se através do valor simbólico de uma ação social, legitimada pela troca ou pela dádiva.

Nas sociedades antigas, como as que se desenvolveram na Grécia e em Roma, também foram encontradas características de cooperação. Na

sociedade grega, as relações sociais firmavam-se pela prestação de serviços e pelo cumprimento de práticas sociais tidas como regras. As guerras e os ritos de combate mantinham as relações sociais através de valores e crenças existentes entre os gregos. Com a expansão social ocorrida durante a Idade Média, a sociedade daquela época sentiu-se obrigada a desenvolver as comunicações internas por meio de um sistema de cooperação.

Thomas Hobbes (2001) em seu livro *Leviatã*, escrito em 1651, projetou um sistema social ideal, onde a cooperação humana seria obrigatória, para atender aos interesses do indivíduo e do Estado. Deu grande ênfase à utilização da linguagem a fim de que, com ela, as pessoas pudessem ajudar-se mutuamente, cooperando entre si no processo de interação social por meio dos atos de ensinar e de aconselhar, entre outros.

INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Também para as escolas do Interacionismo Simbólico, corrente que tem como representante maior Herbert Mead (1962), manifestou-se o princípio de cooperação. Esse sociólogo enfocou a questão da cooperação humana alegando que um indivíduo pode entender as intenções do outro quer nas ações presentes quer nas ações futuras (ao imaginar o que o “outro” pretende fazer). As diversas formas simbólicas propiciam uma leitura sobre o outro e vice-versa, apontando a direção da interação social por meio do simbolismo presente na realidade social. A realidade dos indivíduos é apoiada e traduzida por símbolos. Mead e Kenneth Burke (1966) concordam que um símbolo significativo é aquele que favorece o significado compartilhado através da comunicação. E, nesse compartilhar, está a intenção de cooperar.

As teorias de Herbert Mead bem como de outros sociólogos não interacionistas propriamente ditos, como Anthony Giddens (1991) e Berger & Luckmann (1995), dão sua contribuição no que diz respeito à representação simbólica na interação social. A reflexão sobre a relação do “eu” e do “mim”, proposta por Mead, equivale à “reflexividade” de Giddens (1991, p. 45) sobre a ordenação e reordenação das relações sociais. Trilhando essas idéias, Berger & Luckmann (1999, p. 137) posicionam o “eu” e o “mim” na fase de interiorização do indivíduo denominada por eles “socialização primária”. Assim, as formas simbólicas, muito bem analisadas por Thompson (1995, p. 181) são os produtos que os indivíduos produzem ou realizam através de palavras, atos, símbolos ou qualquer outra forma de expressão possível de ser interpretada por alguém. Esse simbolismo é perpassado pelas ideologias mediadas pelos meios de comunicação de massa ou mídia. Apoiada no caráter simbólico da linguagem que foi produzida e transmitida por esses meios, a sociedade tem

sido capaz de estabelecer relações sociais entre os indivíduos pertencentes a ela. A integração do indivíduo à sociedade e, particularmente, à sociedade de massa deve-se à identificação existente entre indivíduos ou grupos como também à relação com os objetos que fazem parte de seu cotidiano, pelo fato de todos estarem inseridos em uma sociedade de consumo sustentada pela mídia.

GRICE E O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO

De uma forma geral, o princípio de cooperação está em compreender a intenção do outro indivíduo, ao interpretar sua realidade simbólica e colocar na sua situação, quer nas ações presentes quer nas ações futuras. Nas conversas do dia-a-dia, as pessoas fazem uso da cooperação de diferentes modos e não apenas no sentido que Grice (1974), linguista norte-americano, formulou para a linguagem face a face: a) *máxima da quantidade*: “não diga nem mais nem menos do que o necessário”; b) *máxima da qualidade*: “só diga coisas para as quais se tem evidência adequada”; c) *máxima da relação* (relevância): “diga somente o que é relevante”; d) *máxima do modo*: “seja claro e conciso; evite a obscuridade, a prolixidade, etc”.

SOCIOLOGIA E OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O fato de se usar a linguagem não-verbal, sozinha ou concomitante à linguagem verbal, evidencia, de certa forma, a cooperação com o outro interlocutor para facilitar que a comunicação possa fluir melhor, criando uma maior interação social. Outras formas de cooperar na comunicação com o outro são os gestos, expressões faciais, olhares, sorriso e até mesmo o uso do silêncio. Ao longo da História, as diferentes sociedades adotaram como prática de interação a conversação e o silêncio, sendo que este último foi imposto fortemente a alguns membros da sociedade, como às mulheres e às crianças. Fazer uso do silêncio era uma forma de colaborar com o bem-estar social. Burke (1995), sociólogo que pesquisou a arte da conversação e a história social do silêncio no início da Europa Moderna, constatou que a “arte da conversação” é um título genérico empregado para um vasto número de manuais que surgiram em algumas regiões da Europa daquele período. Esses textos ensinam seus leitores a fazerem uso da conversação em diferentes situações, a respeitar as regras de boas maneiras, de cortesia ou de civilidade, a partir do século XV. Tais documentos têm contribuído para que sociólogos e linguistas compreendam a comunicação oral e escrita na interação social.

Na Era Moderna e, particularmente, no final do século XVIII, a Revolução Industrial responsabilizou-se pela divisão do trabalho, aspirando a uma sociedade economicamente mais próspera. Após esse fato histórico socioeconômico, os indivíduos sentiram-se atemorizados pela falta de oportunidade de empregos devido à especialização pela divisão do trabalho. Para amenizar esse sentimento de temor, os menos favorecidos buscavam auxílio ao lado daqueles que, imbuídos de um princípio de cooperação, davam-lhes serviços ou terras, estreitando assim as relações sociais. Para tanto, era necessário conquistar a solidariedade entre os indivíduos e estreitar seus laços de sociabilidade através das especialidades geradas pela divisão do trabalho, criando entre os homens um sistema de direitos e deveres, unindo uns aos outros por meio de uma ação cooperativa. Só que, aos poucos, as pessoas foram pensando cada vez mais em si, perdendo o conceito de coletividade, fato surpreendente para a maioria dos sociólogos dos séculos XVIII e XIX. Estudar o surgimento das sociedades e as formas de relações sociais nelas adquiridas foram preocupações de sociólogos como Comte, Spencer, Durkheim, Tönnies, entre outros. Contrapondo as sociedades primitivas com as modernas, Durkheim verificou que “quanto mais primitivas são as sociedades mais há semelhanças entre os indivíduos que as formam [...]. Ao contrário, entre os povos civilizados, os indivíduos se distinguem um do outro à primeira vista e sem que seja necessária para tanto uma iniciação prévia” (DURKHEIM, 1995, p. 112).

De Fleur (1976) aponta que, com a especialização do trabalho, certas relações sociais tornaram-se cada vez mais formais, mais contratuais e os laços de amizade e de afetividade como também as relações informais foram adquirindo novos contornos. Fazia parte do ideal positivista (movimento criado por Auguste Comte por volta de 1830) acreditar que as atividades especializadas iriam contribuir para o equilíbrio progressista da sociedade, apesar de os positivistas perceberem o perigo no excesso de especialização. Por volta de 1887, Ferdinand Tönnies, um dos participantes desse movimento, chamou de *gemeinschaft* as relações informais entre os indivíduos, denominadas por Durkheim (1995) de “solidariedade mecânica”, e de *gesellschaft* as relações formais e contratuais de trabalho, às quais Durkheim nomeou de “solidariedade orgânica”. Assim, tais relações foram-se intensificando progressivamente por meio da interdependência entre indivíduos e grupos. Ambas as formas de solidariedade são constituídas pela cooperação e interação entre as pessoas. Segundo Durkheim, “cooperar de fato é dividir uma tarefa comum” (DURKHEIM, 1995, p. 100). Ele também reconhece que há, ainda, a cooperação “unilateral”

ou “gratuita”, isto é, aquela sem obrigações recíprocas, como é o caso de alguém, ao fazer uma doação, não esperar nada em troca.

Não muito diferente do que Durkheim afirmou, Mclver & Page (apud DELLA TORRE, 1989, p. 72-5) dividiram a cooperação em “direta” e “indireta”. A primeira é constituída por atividades desenvolvidas juntas pelos indivíduos na mesma função, como, por exemplo, os pedreiros ao construírem um edifício. Há, também, a possibilidade da integração de trabalhos diversos para o mesmo objetivo. Assim, para que o edifício se torne uma obra em completo funcionamento, precisará de trabalhadores que exerçam outras funções como fazem o engenheiro, o electricista, o técnico em hidráulica, o pintor, entre outros. Na “cooperação indireta” os indivíduos criam interdependência para suprir necessidades e interesses diversos e tal relação de interdependência é decorrente da divisão do trabalho ou especialização das funções. Este caso de cooperação foi denominado “solidariedade orgânica” por Durkheim.

Observou Burke (1995) que a modernidade alterou os antigos padrões de comunidade. Em geral, os sociólogos associam sociedade à modernidade, justifica Giddens (1991, p. 21) enfatizando que o conceito de sociedade é ambíguo por designar tanto uma associação social como um sistema específico de relações sociais. À medida que as modificações sociopolíticas ocorriam, surgia uma nova hierarquia social. Formava-se, nas cortes, um novo modelo de sociedade, que recebeu várias designações em francês como *monde*, *société polie*, *bome compagnie*, *gens de La Cour* e *society* para os ingleses.

Habermas (1984) analisou esse novo modelo através da proliferação da mídia, ocorrida a partir do século XVII. Foi com o impulso da comunicação de massa pela imprensa que a burguesia criou novos espaços para discutir os acontecimentos vigentes na época, denominados por Habermas de “esferas públicas”. Houve uma transformação estrutural da esfera pública, evidenciando a distinção entre o “público” e o “privado”. Apesar de tal distinção ter existido também na Grécia Antiga, adquiriu nova forma na Europa entre os séculos XVII e XVIII. A imprensa cooperava nos efervescentes debates e nas trocas de conhecimento. Esses espaços tornaram-se, então, veículos de interação social. Contudo, esse fórum destinado aos debates foi sucumbido pelo desenvolvimento do Estado e pelas instituições sociais não-estatais, nos séculos XIX e XX, ficando aquela esfera pública relegada ao segundo plano. Esse estudo de Habermas é bastante relevante por concentrar-se numa teoria social e histórica da informação e comunicação de massa, mostrando o papel da ideologia naqueles contextos sociais.

Os meios de comunicação tradicionais como o jornal, o rádio e a televisão também são elementos facilitadores para a interação entre o indivíduo

e a sociedade de massa, cuja função cooperativa está em informar, entreter e formar opiniões, apesar de a mídia ser massacrada por muitos críticos ferrenhos como uma das maiores responsáveis pela desagregação do social. A mídia coopera à medida que ela exerce seu papel funcional, tentando manter o equilíbrio e a ordem social dentro da sociedade de massa, embora, para algumas correntes teóricas da comunicação e da sociologia, seja uma forma de “narcotizar” os indivíduos por meio das informações transmitidas por ela.

Com a propagação dos meios de comunicação de massa, a sociedade tem sido capaz de estabelecer relações sociais mediadas pelo caráter simbólico da linguagem produzida e transmitida por esses meios. É sabido que a mídia modificou o cotidiano, criando novas formas de interação entre as pessoas. Quando a TV foi implantada no Brasil, era comum os vizinhos mais abastados convidarem os mais simples para assistirem à novela, do antigo horário das 20:00 horas, em suas casas, fato que ocorria em algumas cidades do interior, criando, através desse veículo eletrônico, um modelo de interação social. À medida que as pessoas foram adquirindo seus próprios aparelhos, elas passaram a receber e a interpretar as diferentes formas simbólicas próprias da representação social e do imaginário de cada um.

A polêmica e controvertida cultura de massa, que tem como produto tudo aquilo que é criado e filtrado pela indústria cultural, acaba por ser um elemento facilitador, à medida que colabora para a integração do indivíduo à sociedade de massa. A publicidade também vem cooperando com seu papel de aproximação e interação social entre os indivíduos na sociedade de massa, ora atendendo ao interesse da economia ora tentando solucionar uma frustração sociopsicológica do indivíduo. O consumidor estabelece uma identificação com o produto anunciado pela mídia e, por meio do consumo desse produto, consegue criar uma interação, comunicando-se com outro indivíduo, com o grupo e com a sociedade. Aquele objeto ou aquela marca passa a ser um elemento de interação e comunicação, a ponto de criar relações sociais entre esses usuários. A integração à sociedade de massa é cada vez mais crescente e quem não se integra acaba por excluir-se. Na verdade, o ato de “integrar-se” versus o de “excluir-se” constitui-se num paradoxo existencial em relação à indústria cultural e à cultura de massa.

As relações, a interação e comunicação vieram-se concretizando por meio de práticas sociais peculiares a cada sociedade tais como lutas, laços de amizade, gestos de solidariedade, comunicação gestual, conversa face a face, correspondências escritas e tecnológicas como *chats* e *e-mails*. No processo interativo, a cooperação entre as pessoas se faz presente para entender as intenções do outro, da mesma forma que essas pessoas procuram ser com-

preendidas. Na integração com o mundo, os indivíduos vêm buscando formas de linguagem por meio das quais possam construir e representar simbolicamente a realidade. Ao construírem a realidade social, os indivíduos podem ou não identificar-se com o outro e, por meio da identificação, aproximar-se, criando laços de afinidade e amizade. Dessa forma, o princípio de cooperação ganha uma dimensão maior do que aquela que o linguista norte-americano, Grice, categorizou em suas máximas conversacionais.

RELAÇÕES SOCIAIS VIRTUAIS

Enquanto as preocupações tecnológicas do homem, na primeira metade do século XX, estavam em conquistar o espaço, na segunda metade, elas voltaram-se para a preocupação com a conquista do tempo e, com isso, as novas tecnologias de comunicação buscam novas formas de relacionamento social. Nas atuais sociedades globalizadas, muitas formas tradicionais de relações sociais ainda são mantidas, tendo como acréscimo o uso das relações virtuais, que acabam por criar nova forma de interação e prática sociocomunicacional, caracterizada por várias formas simbólicas reais ou virtuais. Estas, muitas vezes, são configuradas por valores míticos cujos significados já foram diluídos anteriormente na cultura de massa para depois alcançar o ciberespaço através da cibercultura democrática e globalizada.

Em pleno século XXI já é visível a consolidação de novos padrões de comportamento no trato das relações sociais que, por sua vez, estabelecem-se através das novas tecnologias e da globalização da Internet, surgindo assim uma nova forma de interação social entre as pessoas. Por outro lado, as novas tecnologias vêm enfrentando alguns desafios como o de manter a presença contínua da consciência crítica social, política e econômica face a tantas informações vindas de diferentes pontos de emissão. Porém, antes desse apogeu midiático-tecnológico, alguns pensadores dos séculos passados cogitaram da existência de um ser-máquina, autômato e com vontade própria, como já tinha definido Thomas Hobbes em seu *Leviatã*. A partir da segunda metade do século XX veio-se cogitando da criação de um “cyborg”, de uma inteligência artificial capaz de controlar uma “matrix”.

Num certo consenso, nossa contemporaneidade é compreendida pelos historiadores não como a atualidade de nossos dias, mas como o período que vem desde a Segunda Guerra Mundial até hoje, período também chamado de pós-modernidade. Situada entre a relação espaço-tempo e resultante da proliferação da mídia e de seus efeitos, a contemporaneidade é “o mundo em que se delinea [...] a tendência para a redução da história no plano da simultaneidade, através de técnicas como a teletrônica directa”,

conceitua Vattimo (1991, p. 26). O mundo tornou-se complexo devido ao acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (*mass media*) e à multiplicidade de culturas. Sustenta Lévy (1999) que não se pode separar o mundo material daquilo que é concebido por meio do mundo tecnológico e que a técnica não é uma entidade real que existe de forma independente, com vontade e efeitos próprios. “Será que a tecnologia é um ator autônomo, dissociado da sociedade e da cultura?”, pergunta Lévy (1999, p. 22), classificando o mundo tecnológico em três entidades: a cultura, a sociedade e a técnica. As tecnologias são produtos da cultura e esta da sociedade, apesar de haver uma distinção entre as três entidades. Por *cultura* Lévy (1999) compreende a dinâmica das representações sociais; por *sociedade*, as pessoas, seus laços, suas trocas, suas relações de força; e, finalmente, por *técnicas*, os artefatos eficazes. Entretanto, as técnicas são imbuídas de implicações sociais e culturais difíceis de serem analisadas, observa. Ele também lança a questão de se as técnicas determinam a sociedade ou a cultura, ou ainda, se as técnicas são condicionadas por elas. Conclui, afinal, que “uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas” (1999, p. 25), isto porque a técnica abre algumas possibilidades culturais.

Ajustar-se rapidamente às novas tecnologias exige do indivíduo mais e mais tempo para adequar-se a essa evolução. A tecnologia, particularmente a Internet, coopera no processo da comunicação, mediatizando as possíveis relações sociais pretendidas pelas pessoas. Apesar de os usuários da Internet estarem predispostos a trocar informações e a estabelecer comunicação no ciberespaço, isso não significa que tais relações estabelecidas entre eles sempre se consolidem. Há casos em que algumas pessoas procuraram um contato ou uma relação social que suprisse suas carências de relacionamento e decepcionaram-se. Alguns tipos de relacionamento (amigável, amoroso e erótico), iniciaram-se com muita empolgação, por parte desses interlocutores, e terminaram repentinamente sem que os interlocutores soubessem exatamente qual a razão do término. Cardoso (1998) enfatiza a função do ciberespaço. Nele, as pessoas criam vínculos, marcam encontros, trocam confidências, buscam laços afetivos por acreditarem que se trata mais de um espaço privado do que propriamente público. O ciberespaço tornou-se um lugar de interação social.

Lévy (1999) adverte sobre a interatividade na comunicação virtual, alegando que ela deve ser analisada em comparação à tecnologia de outras mídias, como o telefone e a televisão. Enfoca que a comunicação realizada pela Internet faz com que o receptor tenha acesso à mensagem e à imagem

de seu interlocutor, ao passo que na comunicação realizada pelo telefone, o receptor tem contato com a voz (parte física) do interlocutor.

Em seus estudos Lévy (1999) encontrou três princípios que orientam a constituição e o crescimento do ciberespaço e da cibercultura: a *interconexão*, a criação de *comunidades virtuais* e a *inteligência coletiva*. Primeiramente, ressalta Lévy, não há um bem tão forte e tão grande como a comunicação universal em que tudo se conecta criando *interconexão*. Para a *cibercultura* – “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (1999, p. 17), a conexão é sempre preferível ao isolamento. Em seguida, vêm as *comunidades virtuais*, que são uma extensão da interconexão. Essas comunidades são constituídas por meio dos interesses comuns entre seus participantes, como conhecimentos, projetos, cooperação ou troca, mesmo que haja distâncias geográficas entre os participantes. Nas comunidades virtuais, também existem regras a serem cumpridas pelos seus membros. Lévy (1999, p. 128) chama essas regras de “netiqueta” (etiquetas da ‘net’ – abreviação de Internet) apontando que tais regras devem ser aplicadas nas comunidades virtuais em busca de uma melhor comunicação e interação com os internautas.

O terceiro e último princípio do ciberespaço, considerado por Lévy, é a *inteligência coletiva*, que vem a ser a maneira como as pessoas transmitem seus conhecimentos, suas afinidades e suas características individuais no ciberespaço. Assim, avalia que os três princípios são muito importantes para o ciberespaço e a cibercultura porque “não há comunidade virtual sem interconexão, não há inteligência coletiva em grande escala sem virtualização ou desterritorialização das comunidades do ciberespaço. A interconexão condiciona a comunidade virtual, que é uma inteligência coletiva em potencial” (1999, p. 13).

As relações sociais virtuais são tão verdadeiras que parecem reais às análises dos pesquisadores desse assunto. Laços de intimidade são criados com tanta naturalidade e espontaneidade que muitas vezes dispensam as formas tradicionais de relacionamento. Muitos internautas, porém, terminaram seus laços de amizade ao conhecer seus interlocutores pessoalmente. As novas tecnologias vêm despertando certa preocupação entre os estudiosos da comunicação por elas romperem com certos padrões estabelecidos ao longo das experiências sociocomunicacionais. Todavia, o processo da comunicação continua mantendo os seus elementos básicos: a) emissor, b) receptor; c) mensagem (significação); d) contexto (situação criada ou desejada); e) código verbal e não-verbal (como os ‘emoticons’ – ícones usados nos chats –

ou sua equivalência com mensagem cifrada surgida anteriormente a estes); f) canal (computador). No ciberespaço, os usuários podem construir, assumir ou camuflar suas identidades e suas ideologias. É um espaço democrático. Mas o processo ou sistema de comunicação continua tendo os mesmos elementos acima citados.

Rüdiger (2002) questiona Lévy e seus seguidores ao comentar que o ciberespaço e, conseqüentemente, a cibercultura fazem parte do que ele conceitua como “ecumenismo liberal, bem-intencionado e cheio de bom-mocismo” (p. 93). Se o ciberespaço tem sido, infelizmente, uma possibilidade para a prática de atos condenáveis pela sociedade como a pedofilia, por outro lado, tem sido, também, uma possibilidade “bem-intencionada”, lembrando a expressão de Rüdiger, para se exercer algum princípio de cooperação, voltado para a ética e o bem social. Entre esses últimos, citem-se cirurgias médicas virtuais, importantes para salvar vidas em outros continentes, ou para ajudar a encontrar pessoas desaparecidas. Além disso, e até certo ponto, o ciberespaço tem sido um companheiro dos solitários. Com a universalização do ciberespaço e da cibercultura, houve uma propagação da interação social e das formas de cooperar entre os participantes desse processo tecnológico. Só para citar um exemplo, muitas pessoas desaparecidas já foram encontradas por seus familiares e amigos através desse meio e espaço tecnológico.

A democratização do conhecimento cultural, estético e científico no ciberespaço está longe de ser quantificada, pela própria impossibilidade disso frente à complexidade da tecnologia cada vez mais globalizada. Muitos críticos da comunicação discordam de chamar o conteúdo da cibercultura de “conhecimento”. Como então denominar esse conteúdo? Afirmar que a cibercultura existente no ciberespaço está isenta de qualquer conhecimento e de consciência crítica é muito arriscado, como também é arriscado alegar que aqueles que contemplam os benefícios das tecnologias da comunicação podem estar envolvidos apenas no caráter de “bom-mocismo”.

Quando escreveu a *Rebelião das Massas*, Ortega y Gasset (1987) afirmou o que os críticos pensavam sobre o final do século XX. Argumentou, por volta de 1926, que

segundo o princípio da Física que diz que as coisas estão no lugar onde atuam, hoje temos que reconhecer a mais efetiva ubiquidade de qualquer ponto do globo. Essa proximidade do distante, essa presença do ausente, aumentou numa proporção verdadeiramente fabulosa o horizonte de cada vida. (ORTEGA Y GASSET, 1987, p. 59)

O que diria hoje, Ortega y Gasset, em pleno século XXI, se conhecesse as utilidades da Internet? Admirou-se, na época, com a proximidade de mundos distantes trazidos pelos jornais e pelo cinema. Havia um grande culto à velocidade por seus contemporâneos. Sempre foi um grande desafio para o homem vencer o espaço e o tempo.

[...] Não há por que se estranhar o prazer pueril que nos dá fazer funcionar a velocidade, com a qual matamos espaço e estrangulamos o tempo. Ao anulá-los, nós os vivificamos, tornando possível seu aproveitamento vital, podemos estar em mais lugares que antes, desfrutar mais idas e vindas, consumir e em menos tempo vital mais tempo cósmico. (p. 60)

Enfim, o ciberespaço e a cibercultura estão aí para que os consumamos e sejamos consumidos por eles, fazendo com que possamos “navegar em mares nunca dantes navegados”, desfrutar o tempo cósmico e ‘cooperar’ de alguma forma.

CONCLUSÃO

Desde o conceito de sociedade herdado da Grécia até o advento e utilização da Internet, o homem conheceu diferentes formas de interação social, umas espontâneas e outras impostas pelas regras sociais de cada época. Do “oikos” ao ciberespaço, o homem percorreu um caminho pleno de descobertas e aprendizado a fim de interagir em sociedade, exercendo algum princípio de cooperação propício ao bem-estar da coletividade.

SOCIAL RELATIONS: PRINCIPLES OF COOPERATION

ABSTRACT: This article is an overview of the social relations of certain societies which developed throughout history, from the Greek concept of “oikos” to the appearance of the Internet. Through use of bibliographic research, it can be seen that, from then right up to the present, societies have been imbued with the principle of cooperation, proper to the social rules of each historical period. Thus, it can be affirmed that social interaction was based on some kind of cooperation.

KEYWORDS: Interaction. Social relations. Cooperation. Societies.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade* – um livro sobre a sociologia do conhecimento. Trad. de Ernesto de Carvalho. 1. ed., Lisboa: Dinalivro, 1999.

BURKE, K. *Language as symbol action*. 1th edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

BURKE, P. *A arte da conversação*. Trad. de Álvaro Luiz Hattner. 1. ed., São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CARDOSO, G. *Para uma sociologia do ciberespaço – comunidades virtuais em português*. 1. ed. Oeiras-Portugal: Celta, 1998.

DE FLEUR, M. *Teoria da comunicação de massa*. Trad. de Marcelo A. Corção. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DELLA TORRE, M. B. L. *O homem e a sociedade*. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Trad. de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. de Raul Fiker. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRICE, H. P. "Meaning". In STEINBERG, E.; JAKOVITS. *Semantics*. 1. ed. Cambridge: The University of Cambridge Press, 1974.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Trad. de Flávio Kothe. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. de Rosina D'Angina. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2000.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Trad. de Antonio Filipe Marques. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1988.

MEAD, H. *The social psychology*. 1. ed. Chicago: University Press, 1962.

ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. Trad. de Marylene Pinto Michael. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

RÜDIGER, F. *Elementos para a crítica da cibercultura*. 1. ed. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. do Grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Trad. de Carlos A. de Brito. 1. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

VERNANT, J. *O mito e a sociedade na Grécia Antiga*. Trad. de Myriam Campello. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CHRISTINA MARIA PEDRAZZA SÊGA é docente da Universidade de Brasília – Departamento de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação. Pós-doutora em Física Aplicada às Ciências Sociais: um estudo transdisciplinar entre Física e Comunicação, pela UNESP de Botucatu - SP. Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa - Portugal. Mestre em Letras pela PUCCAMP. Bacharelado em Publicidade e Propaganda pela PUCCAMP. Licenciatura em Letras pela UNESP. Tem artigos publicados no país e no exterior. Autora do livro “O kitsch e suas dimensões”, pela Editora Casa das Musas - DF, 2008.

E-mails: segach@unb.br; segach@hotmail.com
